



## **Jornalismo e luta política: conjuntura histórica e estratégias de comunicação dos estudantes de jornalismo da USP no Governo Geisel<sup>1</sup>**

Alice Mitika Koshiyama<sup>2</sup>

Universidade de São Paulo (ECA-USP)

### **RESUMO**

No estudo da história do jornalismo captamos fatos históricos que devidamente interpretados revelam as possibilidades do jornalismo como instrumento de luta política. O período da história brasileira que cobre os anos de 1975 e 1976, em que a ditadura presidida pelo Presidente Ernesto Geisel desenvolve o projeto de abertura lenta e gradual do regime, teve desdobramentos no ensino de jornalismo. Com a presença da censura no jornalismo e a repressão a organização político partidária da oposição, a universidade foi um reduto de ação jornalística e partidária vivenciada em cursos como o de jornalismo (ECA-USP 1975-1976) e com a participação do movimento estudantil.

**PALAVRAS-CHAVE:** política e estratégias de comunicação; história do jornalismo-Brasil; jornalismo e política; jornalismo de estudantes; jornal-laboratório

### **1. Jornalismo nos governos autoritários**

Antes e acima de tudo, a censura, a do Estado Novo getulista como a do regime de 1964, acoberta a violência contra o homem, a tortura exercida pelos Filinto Muller e os Sérgio Fleury. (Antonio Callado, in MARCONI, 1980)

Na história do jornalismo no Brasil, houve vários períodos de regimes ditatoriais, que o jornalismo ficou submetido às arbitrariedades do governo ou foi usado como um instrumento para propaganda política dos governantes (COSTELLA, 1970). O pesquisador Paolo Marconi que estudou a censura política do período 1968 a 1978 no Brasil, lembra os inúmeros processos usados pelo governo militar para submeter os jornalistas, desde a corrupção até a repressão física. No Prefácio da obra de Paolo

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Graduação em Jornalismo e do PPGCOM(área Interfaces Sociais da Comunicação) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-SP).Email:[alicemitika@yahoo.com](mailto:alicemitika@yahoo.com)



Marconi, o jornalista Antonio Callado cita o Estado Novo da ditadura de Vargas (1937-1945), em que a censura e a propaganda política se uniram para impedir a veiculação de vozes divergentes. Como um dos que viveram as duas ditaduras, Antonio Callado reafirma a necessidade de documentar e testemunhar sobre as vivências do período para que os fatos semelhantes sejam evitados. Lamenta não ter colocado no papel informações que tinha do Estado Novo e destaca que “a ditadura de agora está recebendo uma cobertura profissional” (MARCONI, 1980). O esquecimento das arbitrariedades e das perdas que uma ditadura acarreta para a formação da cidadania permite que experiências ditatoriais sejam novamente tentadas.

## **2. História e atualidade**

Ressaltamos que os fatos por nós abordados pertencem a um período recentíssimo, se considerarmos a periodização histórica. São de um passado recente, cujas interpretações acontecem com muitos de seus protagonistas vivos, e em condições de pesar as conseqüências subjetivas da experiência, mas nem sempre interessados em manifestar seus pontos de vista. Pois uma interpretação sobre o passado ativa lembranças. O que explica a série de reações acontecidas com a publicação do editorial do jornal *Folha de S. Paulo* (17 de fevereiro de 2009) que denominou de “ditabranda” o regime militar do Brasil implantado em 1964. A palavra carregada de conotações provocou protestos, em um atestado de que interpretações expressam escolhas e definições éticas e políticas nas avaliações da história.

Jânio de Freitas, tendo vivido o período como jornalista e cidadão, apresentou a argumentação mais equilibrada das que lemos ao reconhecer a ação das ditaduras, que agiram com mais ou menos truculência conforme o grau de resistência apresentada pelos seus opositores. E nós concluímos que não existe justificativa para nenhum estado de exceção, que priva os cidadãos dos seus direitos constitucionais em um país como o Brasil. Pela reflexão que provoca para o trabalho de historiadores e jornalistas e pela ciência do que significa viver em um estado de direito citamos:

    Não é por acaso que um professor universitário de história faça a afirmação, por exemplo, de que "não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural". Deu-se no artigo *Ditadura à brasileira*", de Marco Antonio Villa, Folha de 5.mar.09.

    Os militares derrubam um governo constitucional, prendem aos milhares pelo país afora, cassam mandatos parlamentares legítimos

nas três instâncias legislativas; impõem ao Congresso subjugado a escolha entre três ou quatro generais, para figurar como presidente; governam por ato institucional e decreto-lei; extinguem os partidos; excluem do serviço público, das autarquias e estatais os opositores reais ou supostos; e, para não ir mais longe, instituem a espionagem no país todo. E, fato muito esquecido hoje em dia, iniciam a tortura nos quartéis e os assassinatos. Início bem comprovado, por exemplo, pela foto de Gregório Bezerra puxado por corda no pescoço em Recife. Ou pela celebridade de pessoas como o capitão Zamith, acusado da morte por tortura de um estudante de medicina na Vila Militar do Rio (tema da edição mais importante, até hoje, de "Veja"), e do sargento Raimundo, torturado no Exército e jogado no rio em Porto Alegre, morto ou para morrer.

Mas "não é possível chamar de ditadura" ao domínio do país por tal regime. Então só pode ser "a democracia" dos historiadores à brasileira. Até por ter "movimentação político-cultural", permitida entre 64-68 quando não incomodava o regime, servindo mesmo como válvula de escape, e reprimida com vigor quando incomodava.

Os historiadores à brasileira não sabem que as ditaduras vão até onde lhes é vitalmente necessário, e enquanto podem fazê-lo. A diferença entre elas não é a sua essência, nem a sua prática: é a medida do necessário. (FREITAS, J. "História à brasileira")

### **3. Pesquisas sobre o estado de exceção no Brasil**

Uma produção historiográfica sobre o período que reconhece a presença do estado de exceção e seus danos para a vida do país corroboram as ponderações de Jânio de Freitas. Constatamos que na imposição de um novo regime político em 1964 até 1968 houve a repressão com prisão, exílio e aposentadorias de opositores. De 13 de dezembro de 1968 (Ato Institucional no. 5) a dezembro de 1978<sup>3</sup> tivemos a suspensão de todos os direitos constitucionais dos cidadãos e com plenos poderes ao presidente militar para executar uma política de estado de guerra. A repressão aos identificados como opositores do regime militar em todos os setores da sociedade resultou em prisões, torturas e mortes para militantes identificados com a organização de partidos políticos clandestinos (só eram legalizados ARENA e MDB). Houve o controle dos meios de comunicação pela censura prévia, publicações que não se submetiam eram apreendidas e deixaram de circular, e muitas sobreviveram aceitando a auto-censura. Há registros de jornais que atuaram a favor do regime militar e cuja linha editorial era de ser um porta-voz do regime militar, é o caso da *Folha da Tarde*, da Empresa Folha da Manhã (KUSHNIR, 2004: 213-345)

---

<sup>3</sup> Informações básicas sobre o fato, consultar Maria Celina Araújo. AI-5. O mais duro golpe do regime militar. In: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/AI5.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/AI5.htm), acessado em 29/06/2009



Na imprensa houve a resistência dos periódicos formados por jornalistas em busca de espaços alternativos para seus trabalhos ou pelos militantes de partidos políticos na clandestinidade que usaram a imprensa para veicular suas versões sobre fatos da atualidade (KUCINSKI, 2003).

Há que distinguir a presença da censura prévia em empresas que participaram do golpe de 64 e apoiavam seu projeto de internacionalização do capitalismo, mas que no processo político pós-golpe discordaram da estratégia militar usada para combater a oposição política, no momento em que o jornalismo foi aliado do processo, em favor do enfrentamento armado. É o caso dos jornais do grupo Estado, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* : a partir de 13 de dezembro de 1968 assumiram viver sob censura prévia, encerrada no início de 1975. Neste momento, o presidente da República era o General Ernesto Geisel cuja proposta de distensão política lenta, gradual e segura conferia uma importante função para o jornalismo. Os dois jornais puderam assumir o papel de defender a nova política do regime militar e permanecer ao lado de Geisel em situações delicadas para enquadrar os comandados do general Silvío Frota, Ministro do Exército, identificado como partidário da continuidade da repressão armada. No episódio da repressão contra os militantes do Partido Comunista Brasileiro em que um dos assassinados em tortura foi o jornalista Vladimir Herzog, foram esses dois jornais que fizeram as coberturas com maior evidência dos atos do aparelho repressivo e da posição presidencial firme contra a continuidade de mortes nos interrogatórios (PEROSA, 2001). Os jornais da família Mesquita voltaram a exercer seu papel de apoio crítico ao Governo. Quando a tortura mata no DOI CODI Manuel Fiel Filho, operário católico, *O Estado de S. Paulo* relata o fato em comovente reportagem de Ricardo Kotscho e no dia seguinte o comandante do II Exército, general Ednardo d'Avila Melo foi demitido por Geisel.

Enquanto presidente da República, Geisel seguia um método de trabalho para conduzir o país a mudanças políticas que não prejudicassem os interesses fundamentais dos militares que ocuparam o poder na ditadura. Por isso interessava controlar os militares extremistas da linha dura, mas era apenas a imposição de uma repressão seletiva que atingiria grupos que ainda defendiam a luta armada no campo da esquerda (como aconteceu no caso do massacre feito a direção do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) no bairro da Lapa, em São Paulo, com o general Dilermando Monteiro no comando do II. Exército, em dezembro de 1976). E diante da perspectiva de derrota nas eleições em 1978, Geisel, em 1º. de abril de 1977, usando o AI-5, fechou temporariamente o



Congresso e decretou uma série de alterações nas regras de jogo das eleições para impedir a vitória do partido da oposição, o MDB, e garantir o poder para o Governo, no processo conhecido como “Pacote de Abril”<sup>4</sup>. O projeto de reorganizar a cena política implicava em excluir os que continuavam a defender a luta armada como instrumento de poder político. A pesquisadora e professora Marly Motta observou:

“A mesma decisão de manter o processo sob seu controle se fez sentir meses depois, em outubro de 1977, quando Geisel afastou as pretensões sucessórias de seu ministro do Exército, o general Sílvio Frota, demitiu-o sumariamente, e abriu o caminho definitivo para a volta da normalidade democrática no país.”(MOTTA, texto citado).

#### **4. Repressão, jornalismo e universidade**

Há uma correspondência entre o que acontecia na história do Brasil e do jornalismo na época e as possibilidades de trabalho no campo da educação. O AI-5 foi usado para endurecer a repressão a qualquer organização de estudantes e professores na universidade. E muitas ações que podiam melhorar o ensino e a pesquisa foram apontadas como atos de subversão política pelos adversários com poder de aplicar atos discricionários.

A vida no ensino superior integrava o contexto político da época. Era um cotidiano opressivo, em que a vida escolar estava também sujeita a imprevistos dos esquemas repressivos ostensivos, com agentes infiltrados em salas de aulas ou mesmo junto ao corpo docente.

Destacamos um momento em que se propunha o processo de abertura política, com o fim da censura prévia nos jornais do grupo *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, em janeiro de 1975. Continuava, no entanto a censura prévia em veículos respeitáveis e importantes como a revista *VEJA*, dirigida por Mino Carta, o jornal da arquidiocese de São Paulo, o semanário *O São Paulo*, e vários veículos da imprensa da oposição política. Os órgãos de repressão política e de censura aos meios de comunicação continuavam atívisimos.

É neste contexto que ocorriam aulas e cursos, com a política apontada como algo que oferecia riscos profissionais e até riscos à integridade física das pessoas. Era um esforço de imaginação e de criatividade pensar na escola como um espaço de estudos e

---

<sup>4</sup> Marly Motta sintetiza a série de medidas tomadas por Geisel in “O Pacote de Abril Fatos e Imagens”, <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html/>, acessado em 29/06/2009.



aprendizagem. Os alunos e as alunas que cursavam jornalismo na ECA-USP em 1975 não desistiam de fazer algo para ocupar os espaços que a eles se destinavam. Estudantes que lideravam o CALC (Centro Acadêmico Lupe Cotrim) da ECA e cursavam jornalismo em 1975, procuraram fazer da escola um centro de atividades culturais, políticas e sociais. Os temas abordados em seus meios de comunicação abrangiam desde questões conjunturais do país até o cotidiano das salas de aulas.

O comportamento do então diretor da ECA, Prof. Dr. Manuel Nunes Dias, titular da Universidade da FFLCH-USP, do Departamento de História, era de um ostensivo defensor da repressão aos opositores do regime militar. Por julgarem indesejável a presença dele à frente da escola, no primeiro semestre de 1975 houve uma greve geral dos alunos exigindo a sua saída do cargo. Era uma greve de cunho político, mas que marcava a posição dos estudantes contra a adesão do diretor da escola aos atos da ditadura militar. Mas ele tinha o apoio do regime militar e a burocracia universitária o favorecia, era um jogo com resultado previamente definido. O diretor Nunes Dias permaneceu no cargo e todos os estudantes grevistas repetiram o semestre escolar. Mas não foi um semestre inerte, a experiência valeu para reforçar a necessidade de abrir canais de comunicação e expressão.

Estudantes de jornalismo da ECA-USP contatavam entidades e associações de jornalistas e de jornais como a SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa), então presidida pelo diretor de *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Neto.

No segundo semestre de 1975, um grupo de alunos do Curso de Jornalismo compareceu à reunião dos diretores dos principais jornais do Continente agregados na SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa), realizada em São Paulo. Foi procurada pelos alunos para assinar uma carta apresentando-os à direção da SIP, única exigência para que eles pudessem participar do evento. Tiveram autorização para ler um texto relatando a situação de censura aos órgãos laboratoriais da ECA-USP. O ato de protesto e seu motivo foi notícia nas páginas de *O Estado de S. Paulo*. O que demonstrava a capacidade de articulação política e a escolha de aliados na imprensa liberal pelos estudantes. A reunião da SIP foi aberta pelo Governador Paulo Egídio Martins, que defendeu a liberdade da imprensa como essencial para a democracia, lembrou a censura no nazismo e no fascismo e pontuou uma condenação aos totalitarismos de esquerda e de direita.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Registro também no *Jornal do Brasil*, com destaque para a presença do Governador do Estado de São Paulo, que transformou o evento em um acontecimento político nacional.



## 5. Dos alternativos estudantis ao jornal-laboratório

O jornalismo possível feito pelos alunos da ECA-USP na escola era alternativo ao curso. Algumas intervenções lembravam os maoístas chineses, mas sem a violência física deles. Produções inteiramente artesanais, eram coladas em murais, escritos com pincel atômico e em papel de embrulho, quase sempre cor-de-rosa, e o seu conteúdo ligado a algum evento marcante na vida acadêmica, sempre fato recente a ser criticado. Podia ser uma defesa de tese ou citação de frases ditas em salas de aulas, acompanhadas de pareceres dos que testemunharam os acontecimentos. Os textos geravam comentários, eram alunos reprovando atos de docentes, em geral atos dignos de notas baixas mesmo.

Outra publicação aparecia em folhas mimeografadas, datilografadas e diagramadas e impressas em papel sulfite. O veículo *Palavra de Ordem*, do Centro Acadêmico Lupe Cotrim, era um instrumento de dinamização das atividades didáticas e culturais. Era uma produção dos alunos para debater o trabalho do corpo docente e tinha como pauta o que se fazia em salas de aulas. Questões de método, problemas de pesquisa, proposições de cursos e grupos de estudos, linhas de pesquisa dos docentes eram objeto de descrição e às vezes de análises.

Na mesma época, um grupo de alunos do Curso de Jornalismo da ECA criou o jornal *Dois Pontos*, que circulou na Universidade de São Paulo com curta sobrevivência, até ser colocado sob censura prévia e se extinguir.

A morte, sob tortura, do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI marcou profundamente a ECA, pois ele havia lecionado telejornalismo no curso de graduação em jornalismo durante um semestre. Acabava de assumir seu cargo de diretor de telejornalismo na TV Cultura de São Paulo. A chefe do Departamento de Jornalismo da época comportou-se como se nada demais tivesse ocorrido, e sequer enviou um voto de condolências à família pelo falecimento do colega. Mais uma vez foram os alunos e alguns professores que expressaram publicamente o luto e os protestos.

Houve enfim, um jornal-laboratório no curso, no primeiro semestre de 1976, quando esses estudantes estavam no 6º semestre de Jornalismo e fizeram um jornal, *Jornal de Embura*, como projeto prático das disciplinas que cursaram. Escolheram Embura, na região de Parelheiros, mostrando uma comunidade às voltas com problemas de grilagem de terras. Foi uma experiência precária de jornalismo em que 40 alunos atuaram num clima repressivo, semelhante ao enfrentado por alguns jornalistas, assumiram fazer todo



o trabalho e não aceitaram quaisquer objeções que lhes parecessem censura mesmo da parte dos professores. Mas houve ações posteriores, pressões dos órgãos de repressão para tentar impedir a circulação do jornal para a comunidade que escolheram como tema e evitar a divulgação do jornal e do seu conteúdo.

Mesmo assim, a notícia chegou a revista *VEJA*, que estava sob censura prévia. Ela publicou em 29 de setembro de 1976, na seção Educação, sob o título: “Prática de Jornal”, dados sobre essa experiência escolar. O texto em que descreve os fatos, termina com a contundente observação: “toda a responsabilidade pelos equívocos parece ser de uma escola de jornalismo onde os alunos têm de esperar até o sexto semestre para fazer um jornal —e, então, só podem fazer um único número, que, para completar, é censurado.”

*VEJA* reprovava a prática de jornal que consistia em publicar um único número, o que era uma falha de programação didática, mas aproveitava para assinalar um ponto comum entre as atividades em uma escola de jornalismo e as redações de jornais: a presença da censura e da repressão.

## **5. Movimento estudantil e ensino**

Um grau de consciência sobre o momento histórico explica a ação coletiva organizada em relação ao ensino pelo movimento estudantil. Havia limitações da conjuntura histórica, mas alguns problemas eram específicos da escola. Atuar a partir de um balanço das condições gerais e locais significava um trabalho permanente de viver na ECA e não de passar pela ECA. Considerando as condições específicas para organizar atividades.

a) Interferiram no processo de ensino concreto, apresentando alternativas de estudo, organizando cursos, palestras e eventos, preenchendo necessidades não atendidas nos cursos regulares. Lembramos de iniciativas como o convite ao professor Alfredo Bosi que apresentou sua leitura de Gramsci<sup>6</sup> para uma audiência atenta e interessada. Outra intervenção interessante foi um questionamento sobre psicologia social e a abordagem behaviourista (Skinner) proposta em *Palavra de Ordem* e que resultou em um debate sobre os limites e as possibilidades oferecidos pela teoria na compreensão do mundo.

---

<sup>6</sup> Gramsci é um autor estudado pelo professor Bosi, em artigos publicados em revistas culturais e políticas e também na grande imprensa, como a *Folha de s.Paulo*. Destacamos: Apontamentos de Gramsci, de abril de 2000.



b) Lutaram para vencer os processos de censura e auto-censura nos cursos, trazendo para as salas de aulas temas e autores colocados à margem do currículo. Testemunhamos comportamentos dignos pela sensibilidade com os riscos para a docente quando estudamos a imprensa na Revolução Francesa e um dos estudantes nos perguntou em particular o que poderia apresentar daquilo que havia estudado, sem colocar em risco a situação da docente. Seus receios não eram infundados, pois havia pessoas que combinavam suas tarefas com a de informantes da repressão na universidade. Respondemos que os autores estudados tratavam do tema na condição de pesquisadores de reputação acadêmica nos estudos da área. E eles, alunos e alunas, deviam expor suas leituras de textos de historiadores como Albert Soboul sobre a Revolução Francesa, ou um texto específico sobre história do jornalismo no período<sup>7</sup>. Conversando com outros docentes vimos que a forma como as intervenções estudantis eram assimiladas dependia do interesse pessoal e dos marcos pedagógicos e ideológicos que orientavam a ação dos professores.

Compreendemos que as atividades de ensino de jornalismo na ECA-USP na década de 70 eram parte do cenário de condições negativas da conjuntura histórica: fechamento político, precariedade de meios para a execução de um trabalho jornalístico contínuo e periódico, impotência do corpo docente sujeito a pressões que no limite chegaram a não renovação do contrato de trabalho por motivos políticos, com alguns casos comprovados pelos próprios professores<sup>8</sup>.

Existiam esforços em atos materializados em propostas de disciplinas ou grupos de estudos. Mas era um trabalho precário que atestava um grande dispêndio de energia para resultados mínimos. Aconteceram efetivamente perdas humanas, danos emocionais e psíquicos que não se recuperam jamais, além da política ou do jornalismo. O que houve em ensino e aprendizagem foram resultados das circunstâncias históricas de cada um dos participantes do processo na sociedade da época e algumas dessas pessoas foram ou ainda são personagens atuantes da história do jornalismo no Brasil<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> O 1º. Volume da *Histoire Générale de la Presse Française* foi intensivamente trabalhado em seu conteúdo que aborda a imprensa das origens à Revolução.

<sup>8</sup> O Departamento de Jornalismo teve um dos seus professores em prisão por motivos políticos (Jair Borin) e a não renovação de Freitas Nobre (Deputado Federal MDB), Thomas Farkas e José Marques de Melo (fundador do curso de Jornalismo e que retornava de uma viagem de Estudos dos Estados Unidos), na repressão dos anos setenta.

<sup>9</sup> Citamos de memória alguns dos alunos: Rodrigo Naves, Mário Sérgio Conti, Caio Túlio Costa, Silvia Poppovic, que eram da então diretoria do CALC. No grupo que atuou em anos anteriores na direção da entidade estavam Sérgio Gomes, Paulo Markun e Póla Galé.



## 6. Ensino, pesquisa e cidadania

Aprendemos que embates e tensões da história integram a formação de novos cidadãos, fazendo com que se desenvolvam qualidades latentes. Mas são inegáveis os prejuízos que um regime autoritário traz para o exercício do trabalho e da convivência social e para os valores éticos, políticos e técnicos das pessoas humanas. A filósofa e historiadora Hanna Arendt, após discorrer sobre as ações humanas e o potencial humano para imaginar situações inexistentes, reflete sobre a capacidade humana de mentir. E lembra que em algumas profissões do mundo capitalista a mentira é inerente ao trabalho. Hanna ressalta o poder das ditaduras em criar mentiras de princípios, que forcem as pessoas a negar ou aceitar fatos ou interpretações para não serem punidas com a exclusão do sistema social como traidoras, doentes ou contra-revolucionárias -- como acontecia no sistema soviético stalinista. (ARENDR, 1973, p.15-23) Percebemos então que há efeitos de um regime ditatorial que passam a integrar os valores dominantes em uma sociedade. Dissemina-se o medo e a submissão às autoridades, corrompe-se o caráter das pessoas obrigadas a negar a sua própria história. Assim, o inventário dos anos do poder autoritário não pode ser contabilizado apenas em números de mortos e feridos, há danos profundos ao caráter de um povo.

Este estudo reconhece no jornalismo um instrumento para a construção de um estado democrático pleno com direitos políticos, econômicos e sociais para todos os cidadãos (GENTILLI, 2005), embora esta não tenha sido uma meta perseguida pelas principais forças políticas dominantes na história do Brasil conforme nos esclarecem a história da imprensa (SODRÉ, 1983) e a história de um processo como o golpe de 64 e o comprometimento da imprensa brasileira com este movimento da história (DREIFUSS, 1981).

No entanto, a ação de estudantes de jornalismo na ECA-USP em 1975-1976, seriamente empenhados em vivenciar novas possibilidades de trabalho e organização na escola, era parte de um movimento para mudar a vida cultural e política do país, e que recusava as condições para viver uma vida pacata com submissões e omissões.

E surge uma questão desafiadora: como hoje, entre historiadores encontramos estudiosos cultos (caso de Marco Antonio Villa, “Ditadura à brasileira”) que assumem perspectivas, digamos, “benevolentes” sobre algumas ditaduras?

Esta questão integra nosso trabalho feito de vários momentos de uma história em que confluem textos da pesquisa histórica, textos de jornalistas, textos de docentes universitários e a nossa memória seletiva pessoal.



A diversidade de olhares e valores comprova o acerto de Cláudio Abramo ao debater a ética do cidadão como o centro definidor da ética do intelectual na política e no exercício do jornalismo (*A Regra do Jogo*, 1988). E os historiadores praticam uma ética que é a da sua perspectiva de cidadania ou como constatava o magistral Edward Carr, em várias passagens do seu livro *Que é História?* (edição de 1996): historiadores cultivam crenças e valores, fazem escolhas de temas, avaliam o que pode ter acontecido antes e depois de ver os documentos, recebem influências de teorias e metodologias disponíveis no seu tempo e escrevem a história deles.

Neste momento, sou uma historiadora e jornalista que se sente apoiada intelectualmente pelos autores que admira e tenho uma resposta: os textos de interpretação e opinião (como os referentes a ditadura militar no Brasil) de um jornalista ou de um historiador mostram suas escolhas éticas e políticas, ainda que pareçam aos leitores desavisados opções metodológicas. O método é também um filtro, uma limitação ao olhar sobre os fatos. Enfim, escolhas metodológicas também podem ser instrumentos para ajudar a esquecer a história que nos constrange.

## 7. REFERÊNCIAS

### 1. Livros

ARENDDT, Hanna. *A Mentira na Política: Considerações sobre os Documentos do Pentágono*. In: *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p.9-48.

ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CARR, E. H. *O que é história?*. 7a. reimpressão. trad. L.M.de Alverga, rev. téc. de M.Y. Linhares. Rio: Paz e Terra, 1996.

COSTELLA, Antonio Ferando. *O controle da informação no Brasil: evolução histórica da legislação de imprensa no Brasil*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1970

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Petrópolis: Vozes, 1981.

GENTILLI, Victor. *Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos a informação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GODECHOT, Jacques *et alii*. *Histoire Générale de la Presse Française*, Paris: P.U.F., 5 vol.

KUCINSKI, B. *Jornalistas e Revolucionários - Nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.



MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*, 2ª. Ed. Rev., São Paulo: Ed. Global, 1980.

PEROSA, Lilian Maria Farias de Lima. *Cidadania Proibida: o caso Herzog através da imprensa*, São Paulo: Sindicato de Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1983.

## 2. Periódicos:

*Dois Pontos* – jornal estudantil, alunos da USP, São Paulo, 1º semestre de 1975.

*Jornal de Embura* – jornal laboratório, São Paulo, Curso de Jornalismo ECA-USP, 1º semestre de 1976.

*VEJA* - revista semanal, São Paulo, Editora Abril, 29 de setembro de 1976.

## 3. Internet

ARAÚJO, Celina. Maria Celina Araújo. AI-5. O mais duro golpe do regime militar. In: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_fatos\\_imagens/htm/fatos/AI5.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/AI5.htm) , acessado em 29/06/2009

BOSI, Alfredo. Apontamentos de Gramsci. *Folha de S. Paulo*, 8 abr. 2000. *Jornal de Resenhas*, p. 1. Também disponível no site *Gramsci e o Brasil*.

<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=137>

Acessado em 20/06/2009.

MOTTA, Marly. “O Pacote de Abril Fatos e Imagens”, <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> , acessado em 29/06/2009.

FREITAS, Jânio. “História à brasileira”. Publicado originalmente na *Folha de S.Paulo* e na *Folha Online* em 8 de março de 2009, e reproduzido nos endereços eletrônicos citados abaixo:

<http://historiaemprojetos.blogspot.com/2009/03/janio-de-freitas-responde-marcos-villa.html>.

<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/03/08/historia-a-brasileira/#more-29271>

Acessos em 17 de maio de 2009, respectivamente, às 15,00 horas e às 15,30 horas.

MARTINS, Paulo Egídio.

Egídio defende a liberdade na assembléia-geral da SIP, *JORNAL DO BRASIL* Quinta-feira, 23/10/75 • 1.º Caderno

[http://www.pauloegydio.com.br/NovoSite/Imagens/paulo\\_egydio\\_midia/6.pdf](http://www.pauloegydio.com.br/NovoSite/Imagens/paulo_egydio_midia/6.pdf)

acesso em 27.06.2009.

MOTTA, Marly. “O Pacote de Abril Fatos e Imagens”, <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> , acessado em 29/06/2009.

VILLA, Marco Antonio. “Ditadura à brasileira”. Publicado originalmente na *Folha de S.Paulo* e na *Folha Online* em 5 de março de 2009 e reproduzido no endereço eletrônico abaixo

<http://danielmarcolin.blogspot.com/2009/03/ditadura-brasileira-por-marco-antonio.html>

acesso em 17 de maio às 14 horas.